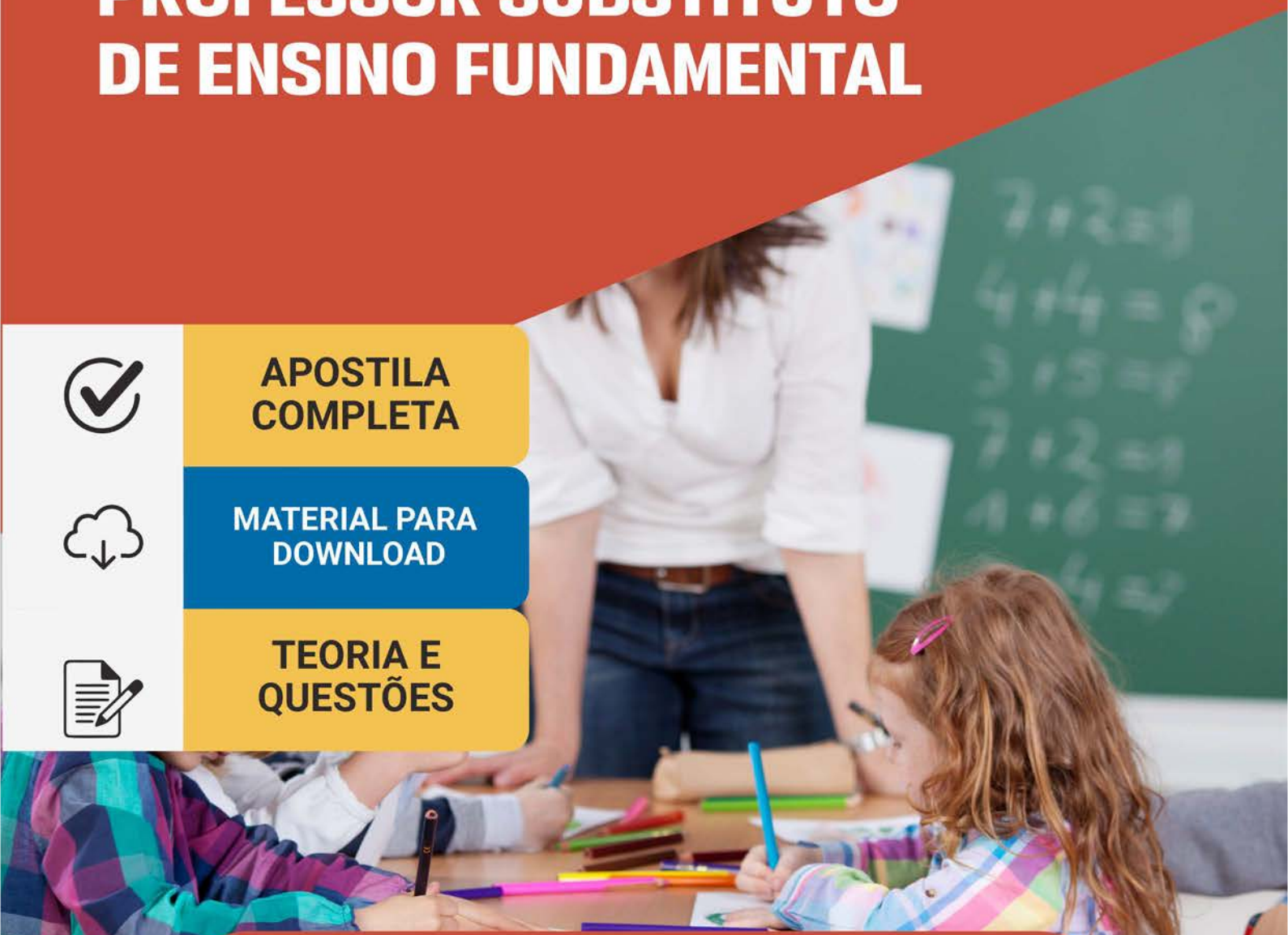
Maxi educa

PIRACICABA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA - SÃO PAULO

PROFESSOR SUBSTITUTO DE ENSINO FUNDAMENTAL



- APOSTILA COMPLETA
- MATERIAL PARA DOWNLOAD
- TEORIA E QUESTÕES

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

Maxi educa

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é ápenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- Questões gabaritadas

Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br

SUMÁRIO

Prefeitura de Piracicaba - SP

Professor Substituto de Ensino Fundamental

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários) 1
Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras 3
Figuras de Linguagem 7
Ortografia 13
Pontuação 20
Classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição: uso e sentido que imprimem às relações que estabelecem 24
Concordância verbal e nominal 36
Análise sintática 42
Colocação pronominal 48
Regência verbal e nominal 50
Crase 57
Coesão 61
Redação oficial: atributos da redação oficial, pronomes de tratamento, tipos de documentos 68
QUESTÕES 89
GABARITO 101

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum 1
Razão e proporção; regra de três simples e composta 22
Porcentagem 26
Média aritmética simples e ponderada 28
Juro simples 28
Sistema de equações do 1º grau 29
Relação entre grandezas: tabelas e gráficos 32
Sistemas de medidas usuais 36
Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de pitágoras 42
Resolução de situações-problema 57

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações; identificação de regularidades de uma sequência, numérica ou figural, de modo a indicar qual é o elemento de uma dada posição; estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, sequências 62
Questões 82
Gabarito 88

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Trabalho com múltiplas linguagens: Língua Portuguesa; Arte; Educação Física; Língua Inglesa 1
Desenvolvimento do raciocínio-lógico e compreensão dos diferentes campos da Matemática 3
Construção de conhecimento em Ciências da Natureza 6
Aprendizagem em Ciências Humanas: Geografia; História 9
Valorização e respeito às diferentes crenças religiosas 11
Didática e metodologia do ensino nos anos iniciais. 14
Organização e planejamento do espaço nos anos iniciais 16
Currículo; Planejamento 19
Projeto Político-Pedagógico 32
Projeto de ensino-aprendizagem 36
Didática e metodologia de ensino 41
Ensino por competências 41
Avaliação e acompanhamento do rendimento escolar 46
Formação continuada 48
Formação pessoal e social do educando 52
Fundamentos filosóficos, socioculturais, psicológicos e pedagógicos da Educação: relação entre sociedade, escola e conhecimento 54
Construção do conhecimento 60
Leitura e escrita 61
Resolução de problemas 69
Teóricos da educação 81
Função social da escola 85
Concepções de educação e escola 86
Pedagogia crítica 90
História da educação 95
Políticas, estrutura e organização da escola 105
Participação e trabalho coletivo na escola 110
Mediação e gestão de conflitos entre os diferentes atores na escola: comunidade, família, alunos e equipe escolar 115
Organização e planejamento do espaço na escola 119
Avaliação da educação e indicadores educacionais 124

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Tecnologias de informação e comunicação na educação 130
Educação Inclusiva 133
Direitos Humanos no ambiente escolar 142
Prevenção de acidentes e primeiros socorros 146
Educação, legislação e publicações institucionais 150
Questões 155
Gabarito 161

LEGISLAÇÃO

Constituição Federal de 1988 (artigos 205 a 214) 1
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 6
Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023: Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada 7
Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025: Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva 13
Lei nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente: artigos 7º a 24, 53 a 69, 131 a 140, de 13 de julho de 1990 19
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional 32
Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" 64
Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" 65
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação 65
Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 88
Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015: Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) 120
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016: Políticas públicas para primeira infância 122
Lei nº 13.722/2018, de 4 de outubro de 2018: Capacitação em noções básicas de primeiros socorros 131
Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital. Disponível 132
Parecer CNE/CEB nº 7/2010, de 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica 136
Parecer CNE/CP 08, de 6 de março de 2012: Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos 137
Parecer CNE/CEB nº 11/2010, de 7 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Brasil 150
Parecer CNE/CEB nº 17, de 03 de julho de 2001: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica 150

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001: Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica **150**

Resolução CNE/CEB nº 02, de 21 de março de 2025: Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática **155**

Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica **164**

Resolução CNE/CEB nº 5/2009, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil **181**

Resolução CNE/CEB nº 07, de 14 de dezembro de 2010: Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos **184**

Resolução CNE/CEB nº 07, de 1º de agosto de 2025: Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica **196**

Secretaria Municipal de Educação: Regimento Comum das Escolas Municipais de Piracicaba **206**

Questões **206**

GABARITO **214**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

A história dos conjuntos numéricos reflete a evolução do pensamento matemático e a necessidade de representar diferentes tipos de quantidades. Desde os tempos antigos, os seres humanos sentiram a necessidade de contar e medir, o que levou ao surgimento dos números naturais ($\mathbb{N}$). Esses números, utilizados para a contagem e a representação de quantidades inteiras e positivas, foram essenciais nas primeiras civilizações, como a suméria e a egípcia.

Com o desenvolvimento do comércio e a necessidade de lidar com perdas e débitos, surgiu a noção de números negativos, levando à criação do conjunto dos números inteiros ($\mathbb{Z}$). Este avanço permitiu representar tanto ganhos quanto perdas, enriquecendo a aritmética da época.

A descoberta das frações, que são representadas pelos números racionais ($\mathbb{Q}$), marcou outro passo importante. Esses números foram usados para expressar divisões e proporções, sendo fundamentais em atividades como agricultura, construção e comércio.

No entanto, nem todas as quantidades podiam ser representadas por frações, levando à descoberta dos números irracionais, como a raiz quadrada de 2. Isso expandiu o conjunto dos números racionais para formar os números reais ($\mathbb{R}$), que incluem tanto os racionais quanto os irracionais e são essenciais para descrever uma linha contínua de valores.

Finalmente, no século XVI, os matemáticos introduziram os números complexos ($\mathbb{C}$) para resolver equações que não tinham soluções no Conjunto dos Números Reais. Embora inicialmente abstratos, os números complexos encontraram aplicações práticas significativas, especialmente na engenharia e na física.

Essa evolução histórica dos conjuntos numéricos ilustra como a matemática tem se adaptado para resolver problemas cada vez mais complexos, refletindo o progresso do conhecimento humano ao longo dos séculos.

A seguir, veremos as definições e as propriedades essenciais dos conjuntos de números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos:

Conjuntos Numéricos

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $\mathbb{N}$ = {0, 1, 2, 3, 4, **...**}.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Conhecimentos Específicos

O conceito de múltiplas linguagens na educação

A ideia de múltiplas linguagens na educação parte do reconhecimento de que o ser humano se expressa e compreende o mundo por meio de diversas formas simbólicas: a linguagem verbal (falada e escrita), a linguagem corporal, a linguagem visual, sonora, gestual, entre outras. Nesse sentido, educar não pode se restringir ao ensino da leitura e da escrita alfabética, mas deve incluir o desenvolvimento da capacidade de ler e produzir sentido por meio de diferentes códigos e formas de expressão.

Esse conceito ganha força especialmente no contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que norteia o trabalho pedagógico nas escolas brasileiras. A BNCC reconhece explicitamente a importância da abordagem por múltiplas linguagens, principalmente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mas também se estende ao Ensino Fundamental II e Ensino Médio, com proposições voltadas ao letramento amplo dos estudantes.

Além disso, ao se considerar as demandas do século XXI — marcadas pela presença intensa de mídias digitais, globalização cultural, desafios socioambientais e novas formas de interatividade —, é urgente preparar os estudantes para atuar de maneira crítica, criativa e ética em diferentes esferas da vida. Isso só é possível quando a escola propõe experiências educativas significativas que desenvolvam competências cognitivas, emocionais, sociais, comunicativas e expressivas de forma integrada.

Nesse contexto, trabalhar com múltiplas linguagens significa compreender a educação como um processo amplo de formação do sujeito, que considera os diferentes modos de expressão como igualmente válidos e importantes. Mais do que disciplinas isoladas, Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa podem e devem dialogar entre si, promovendo aprendizagens mais profundas e contextualizadas.

Fundamentos teóricos e legais: BNCC, interdisciplinaridade e multiletramentos

A proposta de ensino por múltiplas linguagens encontra respaldo nos principais documentos educacionais brasileiros e em diversas teorias pedagógicas contemporâneas. A BNCC, aprovada em 2017 (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e 2018 (Ensino Médio), estabelece que o ensino deve desenvolver dez competências gerais. Entre elas, destaca-se a competência de "[utilizar diferentes linguagens] – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos [...]".

A concepção de linguagem, na BNCC, é ampliada, indo além da língua escrita ou falada. Isso se aproxima da noção de multiletramentos, proposta pelo Grupo de Nova Londres (New London Group, 1996), que defende que o letramento na contemporaneidade precisa considerar a multiplicidade cultural, social e midiática que atravessa o cotidiano dos sujeitos. Segundo essa abordagem, ensinar a ler e escrever hoje requer também ensinar a interpretar e produzir imagens, sons, vídeos, textos multimodais, discursos corporais, entre outros.

Na prática pedagógica, isso se traduz em propostas de ensino interdisciplinares, que rompem com a fragmentação tradicional do conhecimento. Paulo Freire já alertava que a realidade não se apresenta dividida em disciplinas: ela é vivida de forma integral, e assim deve ser o ensino. A interdisciplinaridade, portanto, é um caminho metodológico que possibilita ao estudante perceber as conexões entre diferentes saberes, reconhecendo que a linguagem artística, corporal, verbal ou estrangeira não são compartimentos estanques, mas formas complementares de compreender e interagir com o mundo.

Além de Freire, autores como Vygotsky, Emilia Ferreiro, Jean Piaget, Howard Gardner e Lev Manovich também fornecem aportes importantes para essa abordagem, ao destacarem a importância da linguagem, da cultura e das múltiplas inteligências no desenvolvimento humano.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Legislação

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

(...)

TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL

(...)

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

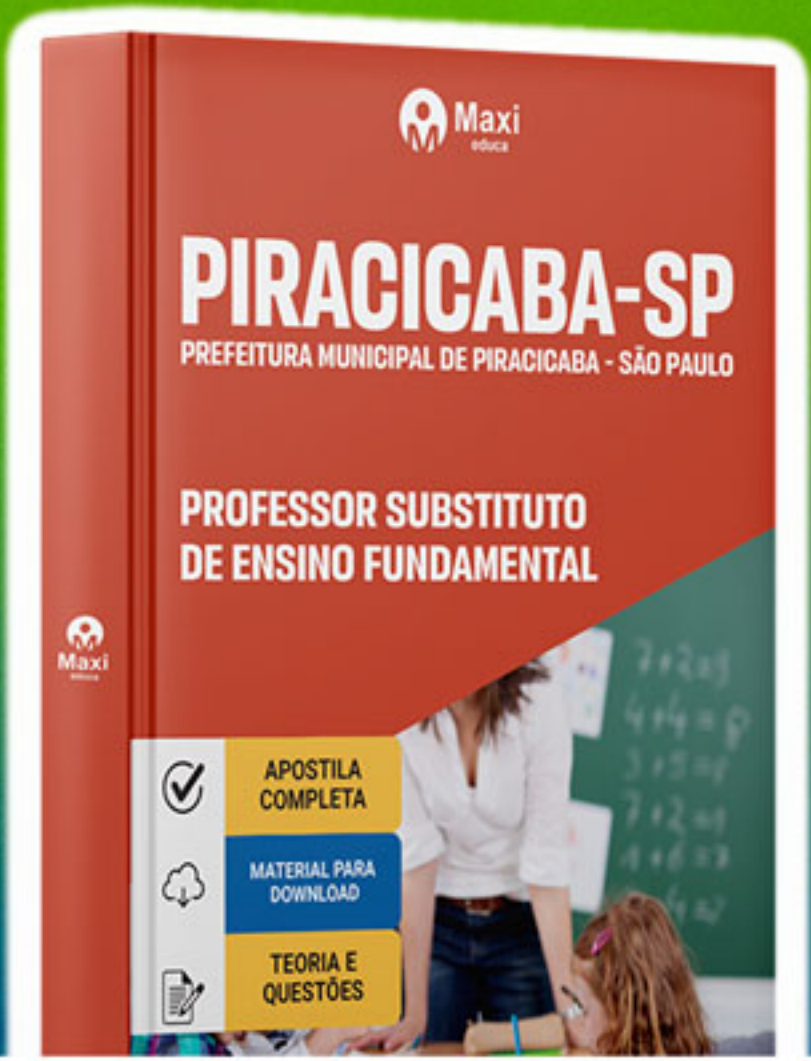
IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!